

ESPAÇO
PEDAGÓGICO

DIÁLOGO COM
EDUCADORES

Diálogo com educadores

Denise Leite¹

Nesta edição da *Revista Espaço Pedagógico* (REP), com foco no tema “Avaliação da educação superior”, temos o prazer de contar, na seção “Diálogo com educadores”, com a participação de uma *expert* internacional na temática: a doutora e pesquisadora Denise Leite, docente permanente do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (Ufrgs). Profissional engajada, parceira, comprometida, ativista e atuante em inúmeros projetos, em prol da melhoria da qualidade da educação superior, prontamente acolheu nosso convite para partilhar suas vivências e experiências profissionais nesta interlocução.

Inserida num contexto social, Denise Leite construiu sua carreira acadêmica no desdobramento de uma prática coerente. Oriunda de uma formação inicial muito específica, graduação em Ciências Domésticas da Universidade Rural de Pelotas, com o reconhecimento da autora de que se tratam de um curso desvalorizado e uma profissão inexistente, ela começa, pois, uma trajetória marcada pela capacidade de luta e superação. De 1974 a 1977, cursou Mestrado em Educação na Ufrgs, sendo suas produções influenciadas por John Dewey e Anísio Teixeira; em 1977, prestou concurso para professor assistente no Departamento de Ensino e Currículo (DEC) da Faculdade de Educação da Ufrgs. Fato marcante foi a busca de novas inspirações para pensar a universidade a partir de cursos no Reino Unido (1984-1988), o que despertou seu interesse pelo tema educação superior.

A partir do doutoramento na Ufrgs (1986-1990), Denise mergulhou em relações acadêmicas de parcerias com pesquisadores da educação superior, o que a levou a um estágio com o professor Noel Entwistle, na Inglaterra. Tais parcerias oportunizaram o surgimento do Grupo de Estudos sobre Universidade (GEU), juntamente com as professoras Maria Estela Dal Pai Franco e Marília Morosini. É nesse contexto que se efetivou a sua tese de doutorado: *Aprendizagem e consciência social na universidade* (em 1990), cujo texto está referenciado no pensamento habermasiano, a partir de compreensões que inspiram elaborações conceituais importantes.

Recebido em 08/07/2018 – Aprovado em 09/09/2018

<http://dx.doi.org/10.5335/rep.v26i1.8965>

O aprofundamento de seus estudos sobre universidade, as investigações e as parcerias levaram a professora a criar o grupo de pesquisa Inovação e Avaliação na Universidade (InovAval), que, inexoravelmente, surgiu da urgência de estudar questões pedagógicas, dentre elas a avaliação da educação superior. Nos anos 1990, inspirada em Boaventura de Sousa Santos, intensificou a pesquisa em avaliação, articulando inovação e participação. Quando esteve na Inglaterra, teceu ferrenha crítica ao modelo avaliativo imposto por Thatcher, tendo sido uma das protagonistas do Programa de Avaliação Institucional das Universidades Brasileiras (Paiub), proposto pela Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais (An-difes). Segundo Denise, “[...] a ideia de avaliação participativa estava presente, éramos protagonistas” (GENRO; CAREGNATO; MIORANDO, 2016, p. 89).

Em 1994, na Ufrgs, atuou como coordenadora executiva do Programa de Avaliação (Cepav). Em 1995, em termos de avaliação, deu-se uma ruptura com a lógica anterior em função do Provão, contudo a ideia da avaliação participativa vai persistir com a criação da *Revista Avaliação*, sendo, pois, uma das principais colaboradoras dos professores José Dias Sobrinho e Dilvo Ristoff.

O conceito de inovação ressignificado por Denise Leite a partir da obra de Boaventura de Souza Santos e Elisa Lucarelli inspirou muitos casos na abrangência do InovAval. Durante a fase de seu pós-doutoramento na Universidade de Coimbra, dedicou-se à crítica ao redesenho capitalista das universidades e ao seu imperialismo sutil, focalizando-se assim no contexto histórico mais amplo dos pontos de vista epistemológico, social e político. Com base em Benjamin Barber, Ernest House e Boaventura, suas investigações sobre avaliação participativa, democracia forte e inovação pedagógica são revitalizadas. A partir disso, a pesquisadora Denise Leite aprofunda-se nas parcerias nacionais e internacionais, alargando os espaços de discussão.

O viés latino-americano de sua formação em Darcy Ribeiro e a perspectiva de que a inovação e os processos de universidade se fazem pela antropofagia das tendências internacionais nos levam a resgatar a inserção da professora Denise no Grupo de Trabalho Universidad Y Sociedad do Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales (CLACSO), coordenado pelo professor Roberto Leher, como também parcerias com o Centro de Estudos Sociais de Coimbra (CES) e o Centro de Investigação de Políticas do Ensino Superior (Cipes) em Portugal.

Ganhadora de um prêmio cobiçado, junto com sua ex-orientada Maria Elly Genro, recebeu o Prêmio Pedro Krotsch de estudios sobre la universidad pelo Clacso. É bolsista de produtividade 1A do CNPq, tendo sido convidada no âmbito internacional pelo professor Axel Didriksson, da Universidad Autonoma do México, para exercer a subsecretaria para a América Latina da Global University Network For Innovation (GUNNI).

Esses são alguns fios que tecem a nobre trajetória da professora Denise Leite, profissional sempre atenta a investigar, a aprender e a ensinar com humildade e solicitude. Reconhecemos, então, que a generosidade é a marca de sua história! Obrigadíssima pela entrevista.

REP – Como foi a sua aproximação com o tema avaliação da educação superior?

Denise Leite – Meu primeiro contato com o tema da avaliação foi em um curso do British Council realizado em Exeter, UK, em 1984. Os ensinamentos iniciais foram de Donald Blight, que trabalhava com pedagogia universitária. Em 1988, na Universidade de Edinburgo, estagiando com Noel Entwistle, pude sentir o seu constrangimento com o recém-criado programa do governo Thatcher, que atrelava recursos para as universidades aos resultados da avaliação. Mais tarde, quando a professora Merion Bordas assumiu a Pró-Reitoria de Graduação da Ufrgs, gestão professor Hélió Trindade, fiz parte do grupo de apoio pedagógico, Coordenadoria Institucional de Apoio ao Ensino na Universidade (CIAEU), que montou o “Projeto Ufrgs – Elementos para organização do programa de avaliação da universidade” (UFRGS-CIAEU, Porto Alegre, maio de 1993), que posteriormente subsidiou o “Documento Preliminar da Proposta de Avaliação das Instituições de Ensino Superior” (Comissão de Avaliação Andifes, Florianópolis, outubro de 1993). Este programa reelaborado pela Andifes foi a base do Paiub. Por convite da Secretaria de Relações Institucionais e Internacionais, dirigida pela professora Maria Beatriz Luce, fiz parte da comissão que elaborou o primeiro projeto de avaliação da Ufrgs, que concorreu ao edital Paiub/MEC. Na sequência, coordenei a Coordenadoria Executiva do Programa de Avaliação (Cepav), que encaminhou a avaliação institucional da Ufrgs e implantou o PAI-Ufrgs. Na mesma época, 1994, passei a representar o professor Hélió no recém-criado Comitê Paiub/MEC. A propósito, uma questão interessante que me lembro ao voltar a esse passado: os investigadores que retomam a história do Paiub dizem que meu nome não constava no Comitê do MEC, ou seja, a Denise não tinha uma portaria de nomeação e havia trabalhado muito, direto em Brasília. Em 1995, no entanto, recebi uma portaria de desligamento do referido comitê. Realmente, eu era uma substituta e nem me dava conta. Senti na pele, estava começando o Provão por Medida Provisória (8 de junho de 1995), terminava o Paiub físico, o Paiub ideia provisória. Começava a valer a memória dessa ideia, a avaliação participativa. E foi assim que me aproximei do tema avaliação da educação superior, e nele permaneço até hoje.

REP – Como você avalia o Sinaes na atual conjuntura?

DL – Atualmente, conheço pouco o Sinaes e sua dinâmica. Acompanho de longe a SAI-Ufrgs e vejo um trabalho altamente complexo realizado por esta secretaria, pela CPA e pelos Núcleos de Avaliação das Unidades (Naus). Uma avaliação exigente que envolve o domínio de competências avaliativas de alto nível, pessoal especializado, com dedicação em tempo completo para atender aos processos regulatórios, de credenciamento, recredenciamento, autorização, reconhecimento, dados para *rankings* e outros (coordenador, vice-coordenador, estatísticos, TAEs, especialistas em avaliação, secretários, membros CPA, coordenadores e membros dos Naus). O Enade veio a substituir o Provão e, em sua aplicação, junto com os índices mais tarde criados – não existentes no Sinaes original –, tem servido aos *rankings* – um componente avaliativo também não pensado na formulação inicial, uma vez que a avaliação não deveria estimular a competitividade, e sim a autorresponsabilidade de cada IES pela melhoria de sua qualidade. Imaginava-se que a IES desejando poderia solicitar acreditação de agências externas, que poderiam ser internacionais, e se habilitaria aqueles padrões exigidos por tais agências. Ao governo competiria manter, através da avaliação, um padrão referencial unitário de qualidade para todo o sistema – público e privado. Em sua gênese, na preparação do primeiro governo Lula, havia uma intenção de tornar o Sinaes – no seu aspecto concernente à avaliação interna – um instrumento democrático, em que cada IES pudesse fazer uma autorreflexão sobre suas possibilidades, seus pontos fortes e suas necessidades de melhorias. Esta avaliação, aos moldes da experiência Paiub, seria realizada por sua comunidade – docentes, estudantes e técnicos –, respaldada por egressos e outros da comunidade externa. Trabalhei durante algum tempo, por convite, sob a forma de consultora voluntária, preparando indicadores qualitativos para as dez dimensões de avaliação, na forma de escalas com especificação dos critérios e referencializações em cinco níveis, partindo da descrição qualitativa do nível mais alto de atingimento de um padrão, e os níveis intermediário e básico. Este tipo de avaliação não vingou. Em pesquisa sobre as CPAs das IES de até 500 alunos (a metade do total de IES em 2004), realizada para Edital do Inep, observei que os relatórios não recebiam *feedback*, e as CPAs até apresentavam pontos para melhorias das IES, mas estes nem sempre eram considerados pelos seus mantenedores. Ao longo dos anos, dada a complexidade da avaliação e as exigências crescentes que vieram se sobrepondo a cada novo governo, novo ministro da educação – e tem sido muito, às vezes mais de um ao ano –, os instrumentos de avaliação também foram se transformando. O Enade passou a ser dispendioso (em termos de aplicação e de valores gastos a cada ano), os avaliadores nem sempre receberam

treinamento para realizar avaliação externa, acrescentaram-se procedimentos à avaliação não previstos na lei. Estes e outros fatores contribuíram para alterações. Enfim, o Sinaes foi sendo reformado por dentro, sem que a comunidade tenha se dado conta, tenha sido chamada a opinar ou tenha feito uma crítica suficientemente forte para ser repercutida. Para ser honesta, esclareço que estou respondendo à pergunta olhando de longe – seria bom que eu conhecesse de verdade, através da pesquisa, o que se passou com aquele projeto original e o programa que está rodando hoje.

REP – Como você avalia o sistema de avaliação dos cursos de pós-graduação no país?

DL – Esta é uma avaliação que nasceu e se manteve com o mesmo escopo e objetivos e foi sendo aprimorada tecnicamente ao longo dos anos. Também é um processo dispendioso, dado o tamanho do sistema, mantendo-se razoavelmente factível, dado o trabalho voluntário dos acadêmicos, *peer evaluation*, que atuam como avaliadores, em comitês, coordenações, etc., de forma gratuita. Vejo, no entanto, observando do lado da academia, que esta avaliação está entrando em processo de fadiga. No momento em que parece estar centrada no componente produto, produto da pesquisa, artigo, livro, capítulo, patente, *know-how*, etc., pode embutir o chamado *produtivismo acadêmico*, nem sempre um subproduto desejável eticamente, dado ser comprovadamente um causador de *stress* e adoecimentos. Por outro lado, esta avaliação oferece poucos recursos para valorizar inovações que fujam ao Qualis ou aos elementos solicitados na ficha avaliativa e constante das plataformas. Entendo que a Capes, tanto quanto o CNPq, poderia valorizar o *processo* de pesquisa, e não exclusivamente seus produtos, valorizar a formação dos novos pesquisadores, os futuros docentes do ensino superior, valorizar as atividades formativas de todas as ordens, que implicassem em aprendizagens. Nesse sentido, vejo com simpatia a autoavaliação e a avaliação de grupos e redes de pesquisa com indicadores apropriados pela própria comunidade.

REP – Qual seria o modelo de avaliação mais adequado para o atual contexto do ensino superior brasileiro?

DL – Uma avaliação de agências privadas, sob supervisão e controle de Estado, para o controle de qualidade do sistema privado mercantil de educação superior. Dar ao mercado o que é do mercado, a acreditação. Ao estado, competiria respeitar a autonomia das universidades, poderia regular o sistema público, aquele que está

sob sua responsabilidade, e o sistema comunitário, mediante a avaliação pública acordada com as instituições (negociação); às instituições, caberia autoavaliar-se e comprovar o alcance das melhorias a que se propuseram mediante seu projeto político-social, pedagógico, científico e profissional, especificado na negociação com a agência estatal. Saliento que recursos públicos, bolsas, entre outros, seriam totalmente canalizados ou se destinariam somente às instituições que foram avaliadas. Vejo com muito interesse a possibilidade de cursos e instituições bem avaliadas formarem e contribuírem para o desenvolvimento daquelas IES com avaliações menos consistentes, mais ou menos, a exemplo dos programas da Capes tipo Dinter e Minter. Tais instituições ampliariam seu peso valorativo. Seria uma forma de avaliação solidária. No sistema de avaliação da pesquisa e da PG se incluiria a avaliação dos grupos e redes de pesquisa, o lócus da verdadeira formação das novas gerações, dos processos e das interações realmente produtivas. Reconheço que, em qualquer das hipóteses antes levantadas, avaliação pública ou avaliação tipo acreditação por agências privadas, um modelo de avaliação para o contexto brasileiro seguiria o procedimento mundialmente reconhecido da autoavaliação, tanto para a graduação quanto para a pós-graduação. Isso porque, como afirmei em outros momentos, a avaliação é um “organizador qualificado” de primeira ordem, pois organiza dados e informações. Tais elementos, quando forem produzidos pela própria comunidade universitária, vão indicar o que se deve saber a respeito do quê, o que se valoriza em detrimento do quê e qual o futuro que se deseja para a instituição. A autoavaliação institucional pode ser participativa (AIP), nesse caso, um processo mais exigente, principalmente em termos de tempos e interesses das comunidades. Pode ser uma autoavaliação, seguida de avaliação externa. Pode ser uma autoavaliação, tendo a referência de um PDI a ser reformulado, como no caso da Avaliação do CE/UFES, recentemente conduzida pelo CAICE. Importa que a autoavaliação seja um processo interno de autoconhecimento, de autoanálise, de autoaprendizagem, a ser desenvolvido sob a responsabilidade dos interessados integrantes da própria instituição.

REP – Você acredita que os resultados das avaliações do Sinaes e da Capes têm papel importante nas sucessivas reformas educativas implementadas na educação superior brasileira?

DL – Nem sempre. A exemplo da pesquisa das CPAs (<http://dx.doi.org/10.1590/S1414-40772008000300013>), parece que nem todas as mudanças que eventualmente poderiam ser implantadas seriam provenientes dos resultados das avaliações. A IES precisa fazer um grande esforço para tornar as avaliações participadas, para

usar dados e resultados de forma a contribuir para a sua melhoria, dado que todo procedimento avaliativo consiste em preencher dados em plataformas para enviar ao órgão regulador respectivo. Ou seja, a avaliação exige um domínio político-técnico de preenchimento de formulários com os dados que atendam ao indicador solicitado. A força da avaliação reside no componente *avaliação*. É esta que aponta o que vale para uma determinada comunidade em determinado tempo e o que tem de ser feito. Contribui, ou não, para mudar o *status* de uma situação na direção da melhoria, da mudança, da reforma – nesta ordem. Quando a avaliação está visível para todos, sabemos que atinge a comunidade, porque impacta cada indivíduo que faz parte dela. E, queira-se ou não, é de dentro para fora, das beiras para o centro, que se fazem inovações e melhorias. Seguramente, não é de cima para baixo, por força de lei e do formulário que nos tornamos cidadãos.

Nota

¹ A presente entrevista foi realizada de modo *on-line* e foi mediada pela Profa. Dra. Glades Tereza Félix, docente do Centro de Educação da Universidade Federal de Santa Maria.

Referência

GENRO, Maria Elly Herz; CAREGNATO, Célia Elizabete; MIORANDO, Bernardo Sfredo. Quais os fios que tecem essa trajetória? “Parceria... tão óbvia ela é!” Sobre percursos feitos pela professora Denise Leite. *Revista Pedagógica*, Chapecó, v. 18, n. 37, p. 86-103, jan./abr. 2016.